

# PARA ONDE VAI A CHINA?

## Hélgio Trindade

*"A 3.º sessão plenária do Comitê Central do XI Congresso do Partido Comunista Chinês, realizada em fins de 1978, transferiu o eixo da atividade de toda a nação em direção à modernização socialista do país e, ao mesmo tempo, abandonou o slogan 'fazer da luta de classes o centro'. (...)*

*Onde irá a China?*

*Esta mudança significa um processo de desmaoização? Irá a China abandonar seu espírito revolucionário para se voltar ao capitalismo? Poderá assegurar a continuidade da política em vigor? Resistirá em se proteger contra 'a poluição espiritual' do Ocidente?"*

*(BU, Fa Wen. La modernisation à la chinoise. Beijing Information, 1983).*

*"Hoje, a China parece ter sucumbido, da cúpula até à base, aos encantos da nova revolução técnica e sonhando em seguida ligar seu desenvolvimento ao conjunto do planeta. Que mudança de atitude e de mentalidade! Mas tudo isto não ocorre sem dificuldades. Velha nação trabalhada pelas dores do parto de uma grande nação moderna, velha nação agitada por todas as efervescências que se prepara a renascer de suas próprias cinzas, a China tornou-se de dois anos para cá, a sede de uma experiência sem precedentes de autometamorfose."*

*(YINGXIANG, Cheng. Estratégie Chinoise ou la mue du dragon. Paris, Autrement, 1986).*

As recentes manifestações de estudantes chineses, ocorridas em várias universidades do país, tiveram como momento culminante a queima simbólica, em janeiro, do jornal *Quotidiano do Povo*, do Partido Comunista, como protesto às informações distorcidas sobre o movimento veiculadas por aquele órgão oficial. O ato de desagravo ocorreu no centro de Pequim, em plena Praça Tian'anmen, defronte ao Memorial do Presidente Mao Tse Tung, numa mobilização de cerca de 3 mil universitários que percorreram de madrugada, com as ruas cobertas de neve, a distância de 15 km entre a universidade e o local do protesto. Era o último gesto de impacto internacional de uma série de manifestações em onze universidades que iniciou em dezembro na Universidade Politécnica de Hefei, a mais moderna da China, destinada à formação de pesquisadores de alto nível nas áreas de ciência e tecnologia, fundada em 1956, sob os auspícios da Academia de Ciências. Tudo originou-se porque, segundo fontes idôneas da imprensa internacional, um estudante, buscando desafiar as regras do jogo dominante na China, num período de reformas visando "a modernização da sociedade", decidiu concorrer às eleições locais sem o aval do Partido. Sua candidatura tendo sido recusada, provocou a reação dos estudantes e engendrou, associada a fatores locais, protestos encadeados, cujo *slogan* principal cobrava dos dirigentes políticos chineses: "Senhores reformistas, cumpram suas promessas". Este foi o significado profundo das mobilizações estudantis chinesas que se tornaram politicamente importantes não apenas pelo fato de tratar-se de um evento forte num país socialista, mas, sobretudo, pelas conseqüências imediatas no âmbito da própria estrutura do poder.

Embora não exista nenhum indício mais explícito de que a política de abertura para o exterior e de modernização à chinesa, conduzida pela liderança de Deng Xiaoping, esteja correndo um sério risco, não se pode deixar de constatar que o líder chinês foi obrigado a sacrificar alguns de seus aliados reformistas para enfrentar a pressão dos setores conservadores do Partido. O preço pago foi alto: o afastamento do secretariado geral do Partido, Hu Yaobang; dos Presidente e Vice-Presidente da Academia de Ciências, Lu Jaxi e Yan Dougshen; e do responsável pela propaganda oficial, Zhu Houze. Qualquer tentativa de compreender, porém, as conseqüências a médio prazo do movimento dos estudantes e suas implicações sobre uma eventual mudança de política global na China, supõe uma análise retrospectiva das relações entre universidade e sociedade no processo de transição da sociedade tradicional para

as diversas políticas de modernização no passado e no presente, no contexto do processo de "modernização" desencadeado nos últimos dez anos, após a tormenta da Revolução Cultural.

Os acontecimentos da China parecem demonstrar (tanto quanto nas manifestações estudantis francesas de fins de 86 que obrigou o governo a retirar seu projeto de reforma educacional) o quanto a universidade é uma instituição sensível às mudanças da sociedade. Estes fatos ocorridos num país socialista, certamente dissociados da onda de mobilizações na Europa, especialmente na França e Espanha, parecem reforçar a hipótese proposta sobre as relações entre Universidade e Sociedade (Trindade, 1987), buscando enfatizar a importância da interação entre mudanças na sociedade e mudanças na universidade. Na ocasião destacava que "a história da Universidade tem demonstrado que os grandes momentos de reforma resultam, de forma direta ou indireta, de períodos cruciais na evolução política, econômica ou cultural das sociedades. A própria sobrevivência da Universidade, desde a Idade Média, somente se explica por um duplo movimento: de um lado, a mudança contínua de seu modelo organizacional (medieval, renascentista, bonapartista ou estatal, alemão ou anglo-saxão etc.) resultante de decisões em geral, externas a Universidade; de outro, a sua capacidade adaptativa às mudanças sociais através de um processo de natureza interna." No caso da China, a hipótese mantém sua validade, embora dentro do contexto histórico de uma sociedade milenar e com uma tradição universitária nascida em fins do século XIX.

A interação entre universidade e sociedade permanece, pois, irrelevante ao longo da história chinesa pela origem relativamente recente da instituição acadêmica, que data, a mais antiga, de 1896. Este fato não impediu, todavia, o desenvolvimento de uma civilização singular na Ásia Oriental que manteve sua originalidade através dos tempos e que a partir do século VII, inventou a prensa, para a impressão de livros, a pólvora para canhão e, três séculos mais tarde, a porcelana, a bússola, o papel-moeda e os caracteres móveis de chumbo para a imprensa. O que parece significativo, também, pela ausência de instituição universitária, é o fato de que os chineses introduziram, antes que a Europa (sendo imitado séculos depois pela Inglaterra), o sistema de concursos para a escolha de funcionários, dando origem à casta dos mandarins cujo prestígio será enorme numa sociedade que atribuía aos letrados, a ordem de maior prestígio na hierarquia social. A compreensão deste processo histórico, porém, supõe uma breve incursão na formação da sociedade chinesa tradicional até o advento dos tempos modernos, associados ao advento da república em cuja transição nasce a universidade.

A China - autodenominada tradicionalmente *Império do Meio* e percebida como *Extremo-Oriente* na visão europeocêntrica - foi se constituindo, através dos séculos, numa das mais originais civilizações da humanidade. Esta originalidade, quase intacta até os nossos dias, preservou-se, em grande medida, pelo isolamento de seu território. Incrustada em vasto espaço da Ásia Oriental, protegeu-se de seus vizinhos ao norte pela Sibéria (e desta pela Grande Muralha de 2.200km), ao noroeste pelo deserto de Gobi e ao sudoeste pelas montanhas do Tibet e do Himalaia. Com uma história de quarenta séculos, a civilização chinesa se distingue de outras porque, apesar das mudanças dinásticas, invasões e guerras civis, manteve sua identidade própria ao longo do tempo.

No continente asiático, a China sempre conseguiu manter sua superioridade tanto em relação aos invasores vindos do norte (mongóis e mandchurianos) quanto aos vizinhos do leste (coreanos e japoneses) ou do sul (vietnamitas), assimilando os primeiros e influenciando os segundos. O instrumento principal de sua hegemonia civilizatória foi a escrita ideográfica que, com pronúncias diferenciadas, permitia aos povos vizinhos ler os seus textos, o que conferiu à língua chinesa uma importância comparável ao latim na Europa. Em termos mundiais, a China desempenhou durante séculos um papel muito mais central do que a própria Europa: manteve no campo da ciência sua superioridade certamente até fins do século XV, embora tenha perdido essa posição com o desenvolvimento da revolução científica e industrial européia do fim do Renascimento.

As condições que viabilizaram a preservação da civilização chinesa não foram concedidas nem à Grécia, nem à Índia, muito mais expostas aos contatos com outros povos e culturas; "esta originalidade poderia, como para as civilizações pré-colombianas ou negras" observa René Grousset, "dar origem a concepções praticamente fechadas. Ora, o fato é que o espírito chinês, como o espírito grego ou latino, possuía uma predisposição para as idéias gerais, e, como Grécia e Roma, a China pensa em termos universais". Em consequência, conclui: "para a Indochina oriental, a Coreia e uma parte ao menos da Ásia do norte, a China, por seus letrados e seus *legionários* foi, ao mesmo tempo, Grécia e Roma."

O apogeu da China ocorrerá, em meados do século XVII, sob a dinastia sino-mandchuriana que assume o poder em 1644 e o território chinês será mais vasto do que o atual da República Popular, ocupando mais da metade do continente e tendo o Nepal, a Birmânia, o Vietnam e a Coreia como estados vassallos do imperador de Peking.

## **O império chinês, sua crise e o advento de universidade**

A partir de 1840, começa o fim do isolamento da China provocado pelas duas Guerras do ópio vencidas pela Inglaterra entre 1842 e 1858, o que obrigou o governo a fazer concessões no comércio do chá e da seda através da abertura de inúmeros portos e da concessão da ilha de HongKong. As vantagens que as potências ocidentais (Inglaterra, França e Alemanha), obtiveram em decorrência das duas guerras, teve como contrapartida a assistência militar ao exército imperial chinês para enfrentar as insurreições camponesas dos Taiping e do Nian. Na segunda metade do século XIX, no período da menoridade de dois imperadores, o governo de Peking será dirigido por estadistas experientes que irão tentar, pela primeira vez, introduzir uma modernização no estilo ocidental (o *iangwu*), sob o impacto da nova situação internacional e das reformas no Japão de Meiji. A experiência redundará num fracasso porque o peso das forças conservadoras na China era muito forte e o programa de reformas limitado para enfrentar a complexidade dos problemas ligados à modernização do país. Além do mais, o conflito franco-chinês, provocado pela intervenção francesa em Tonkin, deixou claro que a hipótese, suposta pela China, de uma cooperação das potências ocidentais, era muito precária.

Se a experiência serviu para que a China repensasse suas relações com o mundo exterior, enviando diplomatas e intelectuais à descoberta do Ocidente, foi à derrota da China frente ao Japão em 1895 que despertou a consciência do atraso tecnológico de um com relação ao outro, com a destruição da frota chinesa e a perda do território ao inimigo hereditário. A reação do lado chinês deu origem ao movimento de 1898 que reunia um grupo de jovens intelectuais convencidos da necessidade de reformas mais radicais. Coube a Kang Youwei, influenciado pelos aspectos não conformistas do pensamento de Confúcio, ao ser chamado ao poder pelo imperador Guangxu, tentar a implantação com a colaboração de um grupo de intelectuais renovadores, de um amplo programa de reformas. *Infelizmente* a experiência dos "cem dias" foi interrompida por uma intervenção militar, resultante da convergência política entre os conservadores e os reformadores moderados.

A vitória japonesa, por outro lado, aguça as ambições imperialistas das potências européias que obrigam a China a aceitar empréstimos financeiros com taxas de juros elevados e a fazer concessões para exploração de minas e construções de estradas de ferro. Esta penetração ocidental acabará provocando uma violenta reação popular, de origem camponesa novamente, através das "milícias secretas da justiça e da concórdia, (*Boxers*) cuja derrota, após obrigar a corte deslocar-se de Peking, foi obra de um exército internacional sob o comando de um oficial alemão".

A situação de dependência financeira da China com relação às potências ocidentais obriga o governo imperial a tirar as lições da crise, inspirando-se no programa de reformas de 1898. A nova política institui um sistema moderno de escolas e universidades, reorganizando o exército e adotando uma reforma constitucional à la japonesa, que previa assembleias provinciais eleitas pelo sufrágio restrito, cujos delegados formariam uma assembleia nacional de tipo consultivo. Todas essas medidas, porém, vieram muito tarde: nem os reformadores de 98, nem as milícias camponesas conseguiram atingir seus objetivos, uns porque tinham um programa progressista mas sem apoio popular, outros porque estavam ligados ao povo mas tinham propostas reacionárias. Somente com o advento do movimento republicano sob a liderança de Sun Yatsen que esta contradição buscará ser ultrapassada, estabelecendo uma ponte entre o apoio popular e a causa do progresso político e social.

A experiência republicana, apesar de ter derrubado a secular monarquia chinesa, foi efêmera. O novo governo que se instala em Nankin em outubro de 1911, com a rápida adesão do exército, das autoridades locais e das assembleias provinciais, com uma constituição baseada no sistema americano, não conseguirá solapar a base social do *ancien regime*. E a breve república democrática terá seu fim dramático quando o Partido Nacional do Povo obtém ampla maioria no Parlamento, o seu líder é assassinado e dissolvido o legislativo, obrigando os novos dirigentes republicanos a buscar o caminho do exílio, após uma breve resistência de três províncias do sul. Estava instituída a segunda república em novas bases, tendo como novo presidente Yuan Shiaki que, com o apoio dos conservadores provinciais, retornarão à velha política mandchuriana com relação às potências ocidentais.

A situação de interferência externa atinge o seu apogeu: além da manutenção dos antigos privilégios, os europeus gerem a alfândega e os correios, estabelecendo um sistema de quase protetorado. Os investimentos estrangeiros serão importantes nos setores de minas, indústria leve, estradas de ferro e equipamentos urbanos, sendo igualmente significativa a influência cultural e religiosa. Os novos dirigentes do país são militares ligados ao Presidente da República, também militar, e que disputam entre si o controle dos diversos centros de poder, provocando a instabilidade política, a corrupção generalizada e o recurso à violência. Em suma, a república afunda-se na desordem sob o arbítrio dos "senhores da guerra".

Apesar dos percalços da república chinesa, a sociedade começa a transformar-se em função das mudanças econômicas, alterando sua hierarquia tradicional. A nova burguesia capitalista não aceita mais estar na escala mais baixa das quatro ordens (letrados, camponeses, artesãos e comerciantes) e um proletariado surge da indústria moderna nacional e estrangeira, engendrando uma nova dinâmica social.

Neste contexto é que surge a universidade na China em fins do século XIX num período, pois, de transição da sociedade, decorrente da crise do sistema monárquico, da penetração estrangeira após as duas Guerras do ópio em meados do século passado e da conseqüente ruptura com o isolamento secular. A Universidade de Pekin foi fundada em 1898 sob o nome de Escola Superior da Capital, mudando de denominação para a atual em 1912, sendo que a segunda Universidade tradicional é a Fudan, criada no início do século (1905) em Shanghai. Ambas as Universidades estruturam-se de forma clássica em faculdades de letras e ciências. Uma terceira instituição de ensino ligada a Escola Superior da Capital e destinada à formação de professores, com a implantação da República, em 1911, transforma-se em Universidade Normal de Pekin. A mais antiga do país surge, em Shanghai, em 1896, na área de ciência e tecnologia, transferindo-se mais tarde para Xi'an com o nome de Universidade das Comunicações, embora uma das mais importantes no campo científico e tecnológico seja a Universidade de Quinghua, situada em instalações modernas no subúrbio de Pekin. Fundada em 1911 talvez esteja atualmente suplantada pela Universidade de Hefei de organização mais recente. A maioria das Universidades chinesas, porém, foram organizadas entre as décadas de 10 e 30, o que mostra que a China somente começará a atribuir importância a instituição universitária num período de crise institucional e social em que se produz uma forte efervescência intelectual na sociedade tradicional em função de uma interação mais intensa com as ideologias e o desenvolvimento científico e técnico das potências ocidentais.

Com a queda do Império Chinês, encerrando o ciclo de quase três séculos da dinastia mandchuriana, e o surgimento da Universidade, criam-se as condições para a emergência de novos grupos ideológicos, tornando-se popular entre os jovens intelectuais o anarquismo, a democracia liberal e o socialismo em sua forma ainda vaga. Na nova cultura política chinesa a categoria "povo" entra na linguagem dos círculos intelectuais e políticos, criando as condições de surgimento de novos movimentos políticos e culturais. Nessa atmosfera intelectual emerge, em 1919, sob a inspiração de um grupo de professores de Pekin (que havia criado, em 1915, a revista "Nova Juventude"), o *Movimento de 4 de maio*. Buscando no imediato protestar contra o tratado de Versalhes que atribuía ao Japão as possessões e bens alemães de Shandong, trazia em seu bojo a articulação das forças sociais modernas: intelectuais, operários e burguesia. Movimento político e cultural urbano, punha em acusação a ideologia e a sociedade antigas, rompendo com a tradição confuciana baseada na sabedoria dos velhos e no valor exemplar do passado. Estimula a utilização pelos escritores da língua popular e não a língua morta dos clássicos, defende a emancipação da mulher e a ciência moderna. A busca de inspiração na literatura estrangeira conduz os intelectuais chineses a Russel, a Dewey e a Marx. Se as utopias socialistas japonesas e o anarquismo ocidental os atraem, a vitória bolchevista recente dava ao marxismo um prestígio particular.

Dois líderes intelectuais do 4 de maio, Li Dazhao e Chen Duxiu, aderem ao marxismo em 1919 e 1920, rompendo com a ala direita do movimento. A evolução se acelera quando os "círculos de estudo do socialismo" radicalizam e se transformam em 1920 em células comunistas, estimulados pelo enviado do Komintern na China, Voitinski. A nova conjuntura viabilizará, em julho de 1921, a fundação em Shanghai do Partido Comunista Chinês. Esta a marca de origem do comunismo na China: fundado por jovens intelectuais, num contexto de luta de "salvação nacional" mais do que de conflitos sociais, o que levará a adotar, desde o início a linha leninista sem ter passado pelo estágio social-democrata das experiências européias. A ausência de qualquer tradição socialista anterior, levou o novo partido a seguir uma estratégia inspirada no modelo soviético, colocando, apesar do limitado desenvolvimento da classe operária, no primeiro plano a ação revolucionária. O batismo de fogo se deu, em fevereiro de 1923, na greve geral dos ferroviários de Pekin, em que a repressão dos "senhores da guerra" produzindo quarenta mortos e a intervenção em vários sindicatos e greves em toda a China, mostrou o quanto o governo controlava a situação e que os comunistas, ainda frágeis, precisavam de novos aliados.

Diante da situação interna e das novas diretivas do Komintern de aliança de classe, os comunistas buscam aproximar-se dos nacionalistas de Sun Yat-sen na luta contra os imperialistas e os militares. A cooperação entre comunistas e nacionalistas se efetiva, em janeiro de 1924, por ocasião do Congresso de Reorganização do *Guo-min-tang* (Partido Nacional do Povo) quando estes acolhem comunistas (dentre os quais Mao) no seu Comitê Central que aceita, oficialmente apoiar o movimento operário e camponês. Em conseqüência, o governo nacionalista do Cantão se aproxima de Moscou que lhe envia uma missão diplomática, tornando-se internamente uma autêntica base revolucionária, com amplo apoio da opinião pública chinesa. A experiência irá fracassar quando as incursões militares, com o apoio dos comunistas, ao norte da China, dirigidas pelo general Tchiang Kai-chek (cunhado do líder republicano Sun Yat-sen), acabam transformando-se em "guerras revolucionárias". A ruptura torna-se inevitável e ocorre em Shanghai: a ala direita dos nacionalistas, dirigida pelo referido general, liquida as milícias operárias que o apoiaram na ocupação da cidade, obrigando os comunistas buscarem novos caminhos. É nesta conjuntura que sob a inspiração de Mao, o centro da ação dos comunistas desloca-se das cidades para o campo, mais adaptado à organização de "bases revolucionárias". É o início da chamada via revolucionária chinesa. A citação de uma frase de Mao na

revista *Le Communisme* de 1939 mostra claramente o sentido da nova estratégia do partido: "Fora da luta armada, fora da luta de guerrilha, é impossível compreender nossa luta política e, por consequência, impossível compreender como construiu-se nosso Partido. Nós sabemos que na China, não poderá haver nenhum papel para o proletariado, nenhum lugar para o povo, e nenhuma vitória para a revolução, sem luta armada. (...) Sem luta armada, sem guerrilha, não haveria jamais um partido comunista tal como ele existe hoje." (Schram, 1973) A via chinesa, pois, baseia-se na articulação pelo partido de três elementos: mobilização do campesinato pobre, luta de guerrilha e papel central do exército popular de libertação.

A nova estratégia implica em reconhecer no campesinato e não mais no proletariado a classe principal na condução do processo revolucionário e será contestada pela maioria do Comitê Central apoiado por Moscou. De 1927 a 1935 estabeleceu-se nas províncias do sul vários focos de guerrilha, apoiados no campesinato pobre, beneficiado, nos territórios liberados, por uma reforma agrária radical, com expropriação de terras sem indenização. A cisão entre os comunistas, facilitará a ação militar contra os soviets chineses pelo exército nacionalista, obrigando, após um último cerco no verão de 1934, os 90 mil sobreviventes a lançarem-se na Longa Marcha. Somente a partir desta nova etapa de luta revolucionária na China que Mao assume a presidência do Partido (janeiro 1935) e consegue ver reconhecida a justeza de sua linha política.

Durante a marcha de Mao, eclode a guerra sino-japonesa com a invasão da Mandchúria em 1931, sem que o governo ofereça uma verdadeira resistência. Quando em 1933 a invasão penetra a China do Norte (Mongólia interior), os comunistas segundo as diretrizes do VII Congresso do Komintern (1935) buscam com dificuldade através da estratégia de *frente-populares*, reaproximarem-se dos nacionalistas na luta contra o inimigo externo. A resistência dos nacionalistas em engajarem-se de forma mais agressiva contra os japoneses, reforçará a identificação do Exército Nacional de Libertação com a causa nacional, que será um fator importante na ampliação da legitimidade política dos comunistas no pós-guerra. O fracasso da tentativa de instalar um "governo de coalizão", mediado pelos americanos, no final da Segunda Guerra, conduziu novamente ao confronto armado entre nacionalistas e comunistas. O resultado, ainda que inicialmente favorável aos nacionalistas (sobretudo com o apoio da aviação americana no deslocamento de tropas), beneficia os comunistas dada a erosão inflacionária da economia, a corrupção em alta escala em todos os escalões do governo e a eficiência da reforma agrária, promovida pelos comunistas de libertação. A Longa Marcha percorrendo cerca de 9 mil quilômetros, consegue entre 1948 e 1949 cercar e tomar as grandes cidades da China - Moukden, Pekin, Nankin e Shanghai - o que viabilizará, em 1º de outubro de 1949, numa Conferência política popular, com a participação de comunistas, centristas e organizações populares, a proclamação do nascimento da República Popular da China.

### **A República Popular, a utopia maoísta e a universidade em crise**

Conquistado o poder, o processo de transformação da China num país socialista passou por duas etapas que são cruciais para o entendimento da atual "política de modernização" pós-maoísta em fase de implementação desde 1976. A primeira, corresponde ao período da instalação no poder e do primeiro plano quinquenal (1949-1957); a segunda, estende-se por quase duas décadas de maoísmo (1958-1976). Esta fase em que se configura a utopia maoísta desdobra-se em três fases diferentes: a do "grande salto para a frente de produção", substituindo o planismo econômico pelo voluntarismo político (1958-1961); a partir de 1962, com o fracasso do projeto econômico anterior e o início dos desentendimentos com a URSS, desencadeia-se os primórdios da Revolução Cultural, que dura três anos (1965-1968); finalmente, a última fase de liderança de Mao (1968-1976), em que a preocupação é a da reconstrução do Partido desmantelado pela Revolução Cultural, em que ocorre a tensa transição entre a hegemonia política do exército politizado de Liu Piao e ascensão ao controle do poder de Chou-En-Lai que termina em 1976, com a morte do líder máximo da revolução chinesa. A partir de 1976, com o desaparecimento do Grande Timoneiro, começa a etapa atual de modernização à la chinesa em que a prioridade torna-se o desenvolvimento da economia, ainda que em novas bases como na década de 50.

Na primeira etapa dos anos 50, sob a influência direta da experiência soviética, aplica-se os grandes princípios do modelo stalinista adaptado às condições da China. Tratava-se de construir o socialismo a partir da vitória militar, tirando partido do consenso que dispunha o novo regime. As reformas sociais profundas derrubam a antiga ordem: reforma agrária, planificação centralizada, reforma do casamento, concessão de direitos aos sindicatos operários e eliminação da classe dirigente tradicional. O traço principal, é que a China, influenciada pelo modelo soviético, adota a industrialização planificada e os dirigentes do PCC aceitam que a construção econômica é uma condição prévia a uma transformação significativa das "relações de produção", sobretudo no setor rural dominante (Domenach, 1985).

Na primeira etapa o controle totalitário sobre a sociedade ainda não se implantara, permitindo que a

Universidade, o exército e a justiça dispunham de um "mínimo de autonomia técnica". A este modelo planista se oporá a utopia maoísta expressa na estratégia do "Grande passo para frente" e, mais tarde, da Revolução Cultural. E a ruptura com o modelo soviético obriga Mao a ampliar o seu poder para fazer face aos setores do Partido que contestavam a nova linha, desencadeando o processo de totalitarização do poder e de culto da personalidade.

A característica principal do maoísmo, porém, será "a descoberta utópica por Mao TseTung que a criação da sociedade comunista não depende de um desenvolvimento econômico prévio, mas da vontade dos homens e que esta pode acelerá-la de forma decisiva" (Hu, 1975). Em consequência "a ordem de prioridades entre transformação econômica e política é invertida, mas o otimismo político condiciona o otimismo econômico" (Domenach, 1985).

Na etapa planista três quartos dos investimentos públicos são destinados à indústria e menos de 10% para a agricultura. A reforma agrária, ainda basicamente distributivista, não conseguirá organizar a produção, gerando uma crise social no campo. Os camponeses pobres começam a vender as terras aos melhores afortunados e a agricultura mantém-se quase estagnada. Diante do desafio agrário, surge o debate sobre a coletivização da agricultura. Embora setores do Partido propugnem pela mecanização prévia, a orientação de Mao prepondera e conduz a um ambicioso plano de desenvolvimento agrícola. A partir de 1956, o novo plano conduz a implantação das "comunas populares" que pretendiam, utopicamente, superar em poucos anos a produção da Grã-Bretanha e depois a dos Estados Unidos. A China cobre-se de comunas em todas as regiões, descentralizando a economia através de unidades políticas, administrativas, econômicas, sociais, autônomas. O projeto maoísta conduz ao igualitarismo heróico, mobilizando milhões de camponeses: "todo membro da comuna, independente da mão-de-obra de que dispõe sua família, será gratuitamente abastecido de cereais". O objetivo é diminuir a distância entre a cidade e o campo, aproximando os quadros do partido do trabalho manual. Esta fase corresponde, no plano externo, a uma postura da China como líder intransigente da revolução mundial que recusa qualquer compromisso com o imperialismo e exalta a guerra popular, apresentando a experiência chinesa como exemplar para os países subdesenvolvidos. Esta nova atitude se explicita a partir da Conferência dos Partidos Comunistas, realizada em 1960, na capital soviética.

O "grande passo para frente da produção" fracassa, mas só é reconhecido por Mao quando a situação se torna catastrófica com a fome no campo e o racionamento nas cidades dos anos difíceis de 1959 e 1961. Entretanto, Mao aceita um recuo tático para a recuperação da crise, embora considere que a linha era justa e que os erros só poderiam ser dos que se afastaram dela ou "traíram". A partir de 1962, Mao lança-se em luta contra a dupla traição: a externa da União Soviética, provocando as graves tensões do conflito sino-soviético; e a interna contra o aparelho revisionista utilizando-se da Revolução Cultural.

Foi na 10.<sup>a</sup> Sessão do Comitê Central, em setembro de 1962, que Mao parte para o contra-ataque, lançando a famosa frase "camaradas, não esqueçam a luta de classes". Era a advertência de que o partido devia enfrentar o inimigo evitando o risco de degenerar num "partido revisionista" e retomar a indispensável educação socialista. Estavam lançadas as bases teóricas do que seria, a partir de 1965, a denominada Revolução Cultural. Tornava-se imperioso consolidar as comunas populares e desenvolver a produção segundo a receita de Mao: "gestão honesta e eficaz, detectar as sabotagens do inimigo de classe e mobilizando os manos" (Roux, 1976). Partindo do pressuposto de que reanimando as associações de camponeses das camadas mais baixas para que estes conduzam a crítica dos quadros do partido, Mao considera que a luta de classe subsiste sob o socialismo e se o Partido não enfrentar o problema corre o risco de degenerescência revisionista ou até fascista (Devillers, 1967). Estas orientações transformam-se, em 1963, nos diretivos do Secretário Geral do PCC, Deng Xiaoping, de que "equipes de trabalho" visitem os primeiros para investigar os abusos dos militantes e expurgar as bases corrompidas ou burocratizadas. Este trabalho desenvolveu-se nas entressafas de 1963 e 1964 sem maiores alardes.

Entretanto, com o prosseguimento das dificuldades econômicas e, sobretudo, com o início dos bombardeios americanos no norte do Vietnã, cria-se um clima de risco iminente de guerra com a China, estimulando uma intensa mobilização a nível nacional para uma resistência de massa. Nesse contexto, começa um processo de expurgo mais violento, endurecendo os diretivos anteriores, atingindo entre 1,5 e 2 milhões de quadros partidários (5 a 10 % dos militantes). A limitabilidade do expurgo obrigará Mao a intervir, em inícios de 1965, propondo novas diretrizes e definindo que o verdadeiro debate é a luta entre capitalismo e socialismo na China. Em consequência, o problema é de lutar "contra os gênios no Partido detentores de autoridade que tomam a via capitalista". A palavra de ordem é "tomar o poder pela luta" onde os responsáveis do partido tornaram-se "restauradores do capitalismo" (Roux, 1976). Agora, com a definição operacional de Mao sobre seus objetivos, instala-se a fase da Revolução Cultural propriamente dita, configurando a luta radical e violenta para fazer triunfar a linha proletária do Partido. Os riscos de um controle possível do aparelho de Estado pela burguesia estaria a exigir, na visão maoísta, uma nova revolução dentro da revolução.

Esse dramático período da história chinesa que atravessará vários momentos de radicalização crescente,

sobretudo com a participação dos jovens estudantes secundaristas e universitários (os Guardas Vermelhos colocados em férias coletivas para atacar os dirigentes mais altos na hierarquia do PCC), operados pelo Exército Vermelho, produzirá, no final do processo de expurgos, uma situação nova para um país socialista. O paradoxo encontra-se no desmantelamento do Partido Comunista Chinês como instituição e na hegemonia política, desativados os Guardas Vermelhos, do Exército Vermelho politizado.

A desarticulação do PCC resulta da combinação entre um expurgo amplo tanto na cúpula dirigente (três quartos dos membros do *Bureau* político; metade do Comitê Central e a quase totalidade dos primeiros e segundos secretários provinciais) quanto nas bases e o surgimento de um poder político paralelo descentralizado dos "comitês revolucionários", que reúnem, sob a hegemonia dos militares, "representantes das massas revolucionárias" (Guardas Vermelhos) e antigos militantes.

Durante a Revolução Cultural a estrutura do ensino secundário e universitário entra em colapso com a mobilização dos Guardas Vermelhos que se reúnem pela primeira vez, em 1966, numa concentração em Pequim, mais de 1 milhão de jovens vindos de toda a China. As férias prolongadas - de agosto de 1966 a outubro de 1967 - são incorporadas no processo de endurecimento da Revolução Cultural cerca de 11 milhões de estudantes organizados (colocando 50 milhões em efervescência política), abalam as instituições políticas e administrativas, incluindo a Universidade

Esta transformação é alvo de um questionamento do conteúdo do ensino, de sua relevância para a revolução chinesa e, sobretudo, de caça às bruxas dos desvios ideológicos. Suas dependências tornaram-se centros de arregimentação e de irradiação da nova educação socialista baseada no *Livro Vermelho* de Mao, além de palco em seus estádios de esporte de autocríticas públicas para humilhar e destituir dirigentes do PCC, acusados de "revisão capitalista".

A Universidade como instituição cultural por excelência sofria, ainda que transformada desde 1949 pela nova ordem socialista, uma nova e traumática metamorfose. Sob a acusação de desvios ideológicos de todo o tipo, seus presidentes, diretores, professores e estudantes foram enviados a reeducação na zona rural, asfixiando a mínima autonomia necessária ao funcionamento da instituição. A jovem universidade chinesa, ainda em fase de consolidação e expansão, vive a chamada transformação da sociedade na qual se encontra integrada, formada por duas mutações sucessivas: primeiro, ajustando-se à construção da sociedade socialista e, com a eclosão da Revolução Cultural, desagregando-se totalmente na busca de uma utopia que fracassa a curto prazo.

Durante a violência ascendente de alguns setores ligados a Revolução Cultural, Mao resolve, em setembro de 1967, pôr um ponto final no movimento que ameaçou degenerar-se em anarquia. O líder máximo adverte que no "interior da classe operária não há conflito fundamental" e Chou-En-Lai explicita o sentido concreto da idéia ao afirmar que "o exército deve servir a esquerda e não a facções particulares" (Roux, 1976). Em outubro, com a retomada dos cursos nas universidades e estabelecimentos secundários, desmobilizam-se os Guardas Vermelhos, esvaziando-se o grande instrumento de ação da Revolução Cultural.

A principal tarefa é restabelecer o papel dirigente do Partido, absorvendo as lideranças emergentes nascidas do movimento e que expressam uma nova relação de forças na evolução da via chinesa para o socialismo. Como observa um especialista "sabe-se logo que a Revolução Cultural não foi somente a da eliminação dos dirigentes que discordavam de Mao, mas a da traição concreta das 'massas' as quais ela apelou: ao fim de alguns meses, apesar das manifestações dos serviços de segurança, a insurreição estudantil e operária afundou a China numa desordem que ameaçava os fundamentos do regime. Após ter novamente esperado demais, Mao é obrigado a interromper o movimento utópico e compor com uma parte restrita da oposição, ou seja, os partidários de Chou-En-Lai" (Domenach, 1985).

O IX Congresso, reunido em agosto de 1969, procura encerrar, formalmente, a fase caótica da Revolução Cultural e retomar a unidade partidária perdida. A nova composição do Comitê Central expressa a tríplice aliança que se implantou no país: 45 % dos membros são militares, 25% de quadros revolucionários e 27% de representantes dos "meios revolucionários". Na cúpula do PCC, estabelece-se um compromisso político entre a ala esquerda da Revolução Cultural, a ala dos realistas que controla o aparelho de Estado (ministros e técnicos ligados a Chou-En-Lai) e a ala dos oficiais superiores do Exército Vermelho (reunidos em torno de Liu Piao) que dispõe da metade das posições no Comitê Central (Roux, 1976).

A partir do IX Congresso e da reunião do novo Comitê Central, em abril de 1969, reinicia a confrontação entre as alas de Chou-En-Lai e Liu Piao na medida em que a reconquista do papel dirigente do Partido, implicará na despolitização do exército que tinha o controle dos "comitês revolucionários". A estratégia de Liu Piao, que colhe os benefícios políticos da Revolução Cultural como chefe do Exército Vermelho, era prevenir a hegemonia deste na condução do partido. Na reunião do Comitê Central, em setembro de 1970, em seu discurso ele coloca Mao num

pedestal tão alto e irreal que o poder efetivo ficaria em suas mãos, cabendo a Mao deliciar-se no reino da utopia.

O projeto fracassa e o próprio Mao, com o apoio de Chou-En-Lai, começa a desmontar a estrutura de poder de Liu Piao, com a inclusão de oficiais de sua confiança no Comitê de Assuntos Militares e no comando da região militar de Pequim e, mais tarde, nas regiões militares das províncias da China. A única saída que lhe restou foi esboçar em desespero de causa, a articulação de um golpe militar que não chegou a efetivar-se. O desenlace foi dramático: em setembro de 1971, o avião em que fugia com a família para a União Soviética cai na estepe mongol. Sua morte trágica cria as condições para um grande expurgo de seus adeptos: são eliminados mais de 100 generais, 35 secretários provinciais do Partido e 40 membros do Comitê Central. O balanço da situação permite constatar que não se tratará apenas de uma mudança superficial de orientação. Estava porém em curso a transição para uma nova etapa inspirada no realismo político de Chou-En-Lai, que, sem romper totalmente com a herança da Revolução Cultural (comitês revolucionários sob a tutela do exército) desvincula-se do voluntarismo político da utopia de Mao na condução dos problemas econômicos. Algumas conquistas do movimento são recuperadas pelo hábil dirigente chinês: os médicos descalços, a abertura da universidade aos trabalhadores das cidades e dos campos, o envio dos jovens estudantes ao trabalho rural e dos quadros urbanos aos pequenos vilarejos. Seu objetivo era fazer com que a Revolução Cultural que se tornara um gigantesco esforço de "revolução na superestrutura", cedesse lugar a uma política de retorno ao primado do econômico. As condições estão estabelecidas para que, com a morte de Mao Tse-Tung e de Chou-En-Lai em 1976, abra-se uma nova etapa na evolução do socialismo chinês.

### **A China pós-Mao, a política de modernização e a nova universidade**

A compreensão da etapa atual na evolução da sociedade chinesa, iniciada em 1976 sob a condução do líder máximo Deng Xiaoping, tem desafiado a argúcia dos especialistas. Qual o significado da experiência em curso de "modernização à la chinesa?"

A pluralidade de significados do termo "modernização", sobretudo a partir do modismo que lhe atribuiu as ciências sociais americanas, não facilita a compreensão do problema. Nos documentos oficiais e na linguagem utilizada pela classe política que ascendeu ao poder, a nova política busca realizar as "quatro modernizações": da indústria; da agricultura; das ciências e técnicas; da defesa.

As interpretações da imprensa internacional sobre a "nova China", especialmente, a partir da abertura para o Ocidente num contexto de conflito sino-soviético, são no sentido de que estaria em curso um processo de ruptura com o socialismo e de inserção gradual da China na via capitalista. Estas interpretações baseiam-se em vários fatos tais como: a ascensão ao poder de Deng expurgado pela Revolução Cultural por seu "revisionismo capitalista"; a política de aproximação crescente com os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental; a abertura das cidades costeiras, transformadas em *zonas -francas*, para os investimentos estrangeiros; as declarações críticas de certos intelectuais contra o regime e a favor de um processo de democratização etc.

Na realidade, a situação é bem mais complexa. Embora se deva reconhecer que uma política de abertura está sendo implementada com relação ao passado, na tentativa de superar a longa etapa maoísta, seu conteúdo e alcance precisam ser analisados.

Não visando, o presente ensaio, realizar uma análise profunda da última década, pretende-se tão-somente apresentar uma hipótese exploratória sobre as principais tendências observadas *in loco* e na literatura recente, reconhecendo que, mesmo os especialistas, são muito prudentes ao decifrar o dragão chinês.

Ainda que os fatos mencionados pelos observadores sejam verdadeiros, não se pode inferir que se trate necessariamente de uma dinâmica de restauração capitalista. Nossa hipótese, ao contrário, tende a sustentar que o movimento vai na direção inversa, ou seja, de restauração do marxismo-leninismo adaptados aos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo. A consciência do atraso na China, face às sociedades industriais, capitalistas ou socialistas, nos domínios industrial, agrícola, científico-tecnológico e militar, impulsionou seus dirigentes atuais a uma recuperação do tempo perdido. O nacionalismo tradicional dos chineses - o mesmo que no Império inspirara, na segunda metade do século XIX, o processo de ocidentalização e, no início do século XX, os jovens intelectuais do Movimento 4 de Maio - associado a um pragmatismo que separa o ideológico do político, estão presentes na atual etapa de mudanças na sociedade chinesa. A ruptura fundamental não é com o socialismo, mas com a utopia maoísta que, com seu voluntarismo político, acabou por afastar-se do marxismo-leninismo. Entretanto, não se trata de um simples retorno aos anos 50 no plano quinquenal de inspiração soviética, embora a primazia do econômico seja o traço comum entre ambos os períodos. Como salienta um especialista, "talvez certos colegas de Deng Xiaoping, formados nos altos escalões do governo nos anos cinquenta, tenham desejado limitar-se a uma marcha à ré simples e segura. Deng Xiaoping parece que jamais nutriu ilusões a este respeito. (...) Desde antes da morte de Mao, ele tinha tomado



posição por uma política de recuperação econômica e demonstrado estar consciente do fato que os erros econômicos, as desordens políticas e o crescimento demográfico da China tinham dramaticamente aumentado seu atraso com relação às grandes potências e mesmo sobre seus pequenos vizinhos. Para salvar o regime e desenvolver o país não bastava apenas retornar a articulação clássica entre construção econômica e construção do socialismo. Era preciso atribuir prioridade à primeira" (Domenach, 1985).

A nova estratégia adotada por Deng Xiaoping, ao contrapor-se ao passado maoísta (aliás, a crítica explícita a Mao refere-se sobretudo às manipulações que ele teria sido vítima na sua velhice, ainda que se preserve a admiração ao revolucionário e ao grande líder), enfatiza dois pontos fundamentais: primeiro, a recuperação da autoridade política do Partido, rompida sob Mao, objetivando sua reunificação; segundo, a implementação de um ambicioso programa de expansão econômica através da política das "quatro modernizações".

O esforço de reafirmação do papel do Partido parece convergir com a hipótese de um realinhamento marxista-leninista. Em termos ideológicos, o Partido torna-se ao mesmo tempo o intérprete e o executor coletivos: os excessos de Mao são denunciados e Deng, apesar de sua evidente proeminência, zela para exercer o papel de uma espécie de conselheiro do regime. O PCC organiza-se de forma articulada e retoma seus monopólios da coerção, da comunicação e da organização econômica. Em consequência, como foi observado para os anos 50, se restabelece a autonomia técnica das organizações-chave, restabelecendo um papel próprio às instituições universitárias, administrativas, militares e mesmo judiciárias (Domenach, 1985).

No campo da modernização, a nova política persegue objetivos claros com relação aos quatro setores referidos: agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Os dados não oficiais sobre o desenvolvimento da economia chinesa confirmam seu crescimento espetacular. Em 1983, a renda nacional cresceu 9% e no ano seguinte 12%. A produção agrícola aumenta significativamente: em 1982, cresce 11,2% e nos dois anos seguintes, 9,5% e 14,5% respectivamente. Em 1984, a produção de cereais bate um recorde: 407,1 milhões de toneladas. O setor industrial também tem um desempenho notável: cresce 7,7% em 1982, 10,5% em 1983, 14,0% em 1984 e 17,7% em 1985. Os ramos que mais se expandem, em função das prioridades da economia, são os de bens de capital indispensáveis à produção de energia tais como: equipamentos para extração de recursos minerais (27,8%) e geradores de eletricidade (66,6%), bem como vários ramos da indústria, especialmente, o de eletrodomésticos (Ogura, 1986).

Os dois fatores responsáveis pela melhoria do desempenho da economia estão ligados a mudanças introduzidas nos setores agrícola e industrial. De um lado, o Governo enfrentou a modernização do campo através da desativação das Comunas Populares e a introdução do contrato anual de arrendamento de terras entre os agricultores e o Estado (atualmente cogita-se em contratos com prazos mais longos), criando o chamado "sistema de responsabilidade". A nova sistemática favoreceu o progresso da mecanização no campo, a melhoria da produtividade e a expansão do excedente para a comercialização nos "mercados livres", aumentando assim a renda familiar dos agricultores. O sucesso da política acabou gerando dois problemas novos ao próprio Estado: a necessidade de controlar o movimento migratório decorrente da mão-de-obra liberada das Comunas Populares através do desenvolvimento da agroindústria na zona rural e de comprar o excedente da produção agrícola pelo Estado que, em 1983, atingiu a 22,25 milhões de toneladas de trigo e 1,1 milhão de toneladas de algodão. "Foram necessários quatro anos para que a reforma econômica rural, lançada em 1979 produzisse seus efeitos em escala nacional. Baseada no princípio da descoletivização, ou seja, do desmantelamento da Comuna Popular à la Mao e de suas brigadas de produção, permitiu que a exploração familiar encontrasse sua plena autonomia e que fizesse novamente prova de sua eficácia, ao menos no estágio presente do desenvolvimento da sociedade chinesa" (Yingxiang, 1986).

De outro lado, o Governo concedeu às empresas o direito de conservar parte substancial de seus lucros, introduzindo o sistema de remunerações moduladas, segundo a produção individual e generalizando o princípio da autonomia de decisão para as empresas industriais.

No setor industrial a situação precisa ser encarada tanto do lado dos bens de consumo quanto dos bens de capital. As informações revelam que houve um aumento considerável na produção de bens de consumo até 1983 e que depois começaram a surgir alguns problemas setoriais. Se a produção de televisores, refrigeradores e máquinas de lavar continua a crescer, a de máquinas de costura e relógios de pulso está em queda. Já com relação à energia, as previsões do Sexto Plano Quinquenal (1981-1985) eram pouco ambiciosas, estimando um crescimento de 5,5% ao ano. Mesmo que a produção de gás natural, carvão, eletricidade e extração de petróleo bruto tenham aumentado até 1983, esta declina a partir de 1984, constituindo-se num dos estrangulamentos do desenvolvimento chinês. O problema, porém, depende menos da produção do que do transporte de energia (especialmente, carvão e eletricidade), afetando seriamente a criação de uma infra-estrutura econômica de base para o desenvolvimento industrial.

O problema que se coloca, segundo os especialistas em economia, é o da dificuldade de conciliar a necessidade de ampliar a capacidade de poupança dos chineses (apenas 3% do total da renda nacional), com o estímulo à aquisição

de bens de consumo que se tornou um dos efeitos característicos da nova política. A consequência principal, é que uma das formas mais utilizadas para atrair investimentos novos para a economia é através de empresas mistas com capital chinês e estrangeiro (*joint ventures*) cujos contratos podem estender-se de trinta a cinquenta anos (Ogura, 1986). A grande preocupação é que o estímulo à implantação de investimentos intensivos em *zonas econômicas especiais* possa produzir diferenciações entre regiões pobres e ricas, isolando-as enquanto regiões costeiras e desenvolvidas do resto do país.

A modernização mais delicada, no entanto, situa-se no campo da defesa porque lida com a instituição militar que se tornou o ponto de aglutinação dos opositores às reformas perseguidas por Deng. Na realidade, as reformas econômicas não apenas vão questionar o estatuto e os privilégios do exército, mas provocar seu processo de despolitização: "o Exército Popular de Libertação foi convidado a se calar transformando-se num exército regular e moderno" (Bellefroid, 1986).

O exército chinês historicamente foge ao padrão convencional: constituiu-se durante a Longa Marcha, conduzindo os comunistas ao poder. Esta circunstância provocou, desde suas origens, uma forte vocação política na instituição militar, o que explica a célebre frase de Mao: "o poder está no ponta do fuzil". Mais tarde, o exército maoísta durante a Revolução Cultural, sob o comando de Liu Piao, exacerbou essa tendência transformando-se numa instituição altamente politizada.

Deng ao receber a herança de simbiose entre exército e partido teve uma única saída para alterar a situação: neutralizar os seus adversários mais conservadores, despolitizando o exército em troca de sua modernização a curto e médio prazos. Esta política, combinada com o imediato controle dos comandos militares estratégicos, acabou por desarticular a influência dominante do exército sobre o Partido. Além disso, com a reforma da defesa restringe-se ainda mais o papel político do exército, ao transferir-se sua atribuição no campo da segurança interna, implantada pela Revolução Cultural, para a reativada "polícia popular armada". Retirou-se do exército também o monopólio, existente desde 1958, em matéria de pesquisa científica, através da Comissão Científica e Técnica da Defesa Nacional. Os especialistas reconhecem que "Deng conseguiu eliminar a maior parte dos opositores na Comissão Militar e seus adjuntos com idade superior a 65 anos, colocando-os em aposentadoria automática" (Bellefroid, 1986). A dificuldade principal, porém, é que em função da prioridade concedida a modernização civil (por exemplo, o ambicioso programa de construção habitacional nas grandes cidades), a preocupação com a defesa pode ser retardada excessivamente causando problemas políticos para o atual governo.

Se os setores agrícola e industrial constituem a base material da modernização da sociedade chinesa, a reforma do sistema educacional é a pedra angular do processo. O Comitê Central afirmou, em maio de 1985, que "um dos fatores-chave que determinarão o êxito e o fracasso de nossa causa consiste em contar com homens válidos, e para resolver o problema de sua formação, torna-se necessário imprimir um enérgico desenvolvimento da educação como base do desenvolvimento econômico". E conclui: "a educação deve servir à construção socialista, e esta deve apoiar-se naquela" (C. Central, 1985).

A área educacional tem merecido uma prioridade significativa no pós-maoísmo. Já em 1980, visando adaptar-se à mudança em curso, o Ministério de Educação convocou um "debate nacional sobre o trabalho de educação" onde foram planejadas as tarefas educacionais para a próxima década. Partindo da necessidade de "reforçar o trabalho político e ideológico nas escolas, a fim de reafirmar a confiança dos alunos na vitória do socialismo e de inculcar-lhes os valores morais comunistas", estabeleceram-se as bases da futura reforma: tentar atingir, até o final dos anos 80, a quase generalização do ensino primário; reformar a estrutura da educação secundária, enfatizando a formação técnica e profissional, a fim de formar para o país uma reserva de trabalhadores qualificados. As metas para o ensino superior visam a "reorganização e elevação de seu nível, objetivando melhorar a qualidade do ensino e o nível da pesquisa científica", bem como "desenvolver ativamente o intercâmbio científico e cultural no plano internacional" (*Education et Sciences*, 1985).

Nesta nova perspectiva que se opõe radicalmente ao clima sectário da Revolução Cultural, o Comitê Central em sua visão sobre a reforma educacional de maio de 1985, após reconhecer que os órgãos especializados do governo "exercem um controle demasiado rígido sobre os centros de ensino, principalmente sobre os centros de ensino superior", propõe "ampliar a autonomia dos centros de ensino superior no manejo dos assuntos do centro" dentro do marco de orientação do Estado e "reforçar seus vínculos com as entidades de produção, as instituições de investigação científica e outros setores sociais, dotando-os de uma capacidade e dinamismo, que lhes permita adaptar-se às necessidades do desenvolvimento econômico e social" (C. Central, 1985).

O plano de modernização educacional considera que "incumbe aos centros de ensino superior a importante tarefa de preparar pessoal especializado de alta categoria e de fomentar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e cultura". Esta preocupação com um ambicioso programa de reformas no campo do desenvolvimento científico-

tecnológico articulado com a ampliação do grau de autonomia didático-administrativa, converge para um sistema de avaliação em que "o critério para aquilatar o trabalho de qualquer centro docente não são os benefícios econômicos que haja obtido, mas a quantidade e qualidade do pessoal válido que tenha formado" (C. Central 1985).

A Universidade, portanto, busca responder de forma inovadora aos desafios da nova China: a prioridade à politização e à mobilização da comunidade acadêmica do maoísmo é substituída por uma nova orientação valorizando a renovação dos equipamentos e a formação de pesquisadores; a organização da carreira por critérios de competência e titulação; a seleção dos alunos ingressantes através de um exame nacional em que apenas 1/5 dos estudantes consegue entrar (em 1986, 600 mil sobre 3 milhões) e as universidades de maior prestígio disputam os melhores alunos. Em suma, uma universidade moderna, e articulada com o desenvolvimento do país. Um dos aspectos-chave da nova política é a prioridade atribuída à educação e à ciência e tecnologia, com a implantação de organismos com maior poder, mais recursos e maior flexibilidade operacional: a Comissão Estatal de Educação e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia.

A história da China imperial, republicana ou socialista é indissociável da educação e da escola. Esta nasce desde o século XI a.C., como escola privada, cujo programa era conhecido como das "seis artes" (ritos, músicas e danças cerimoniais, tiro e arco, condução de carros, história e matemática). Mais tarde a escola se consolida sob a influência de Confúcio, mas sempre interagindo, como vimos ao longo deste ensaio, com a sociedade de sua época.

A nova reforma educacional, especialmente a do ensino superior e o desenvolvimento científico e tecnológico, representam um esforço coerente e articulado com as outras reformas da sociedade chinesa. O reconhecimento pelo XII Comitê Central do PCC que "abriu um caminho amplo para desenvolver energeticamente as forças produtivas da sociedade chinesa e elevar em grande medida a *civilização socialista em nosso país tanto no material como no espiritual*", demonstra a necessária inter-relação entre universidade e sociedade. A nova China ao propor as metas atuais e futuras de seu desenvolvimento não pretende necessariamente romper com o socialismo, mas, ao contrário, expondo-o a interação com o mundo exterior e com outros sistemas políticos e econômicos, descobrir de forma nova sua identidade chinesa num socialismo renovado.

Nota: Hélio Trindade foi membro da missão científico-cultural CAPES/MEC que visitou a China em dezembro de 1986.

### Notas bibliográficas

BELLEFRÖID, Emmanuel. L'Armée rentre dans le rang. In: CADART, Claude & NAKAJIMA, Mineo. *Stratégie Chinoise ou la mue du dragon (un regard franco-japonais sur les mutations en cours)*. Paris, Autrement, 1986, p. 85-103.

DECISION del COMITÉ CENTRAL del Partido Comunista da China sobre la reforma del sistema educacional. Ed. en Langues Étrangères, Beijing, China, 1985.

BU, Fa Wen. *La modernisation à la Chinoise*. Beijing information, Pekin, 1983.

DOMENACH, J. L. La Chine ou les tribulations du totalitarisme. In: GRAWITZ, Madeleine & LECA, Jean. *Traité de science politique (les régimes politiques contemporains)*. V. 2, Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

*Education et Sciences*. Ed. en Langues Étrangères, Beijing, Chine, 1985.

HU, Chi-hsi. *Mao-Tse-Tung et la construction du socialisme*. Paris, Seuil, 1975.

OGURA, Kazuo. L'Économie: soubresauts et tâtonnements. In: CADART, Claude & NAKAJIMA, Mineo. *Stratégie Chinoise ou la mue du dragon (un regard franco-japonais sur les mutations en cours)*. Paris, Autrement, 1986, p. 30-41.

ROUX, Alain. *La révolution culturelle en Chine*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

SCHRAM, S. R. (ed.). *Authority participation and cultural change in China*. Cambridge, Cambridge University Press, 1973.

TRINDADE, Hélio. O desafio de modernizar a Universidade. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 1978, 17/jan. p. 7.

YINGXIANG, Cheng. L'Enfantement dans la douleur d'une grande nation moderne. In: CADART, Claude & NAKAJIMA, Mineo. *Stratégie Chinoise ou la mue du dragon (un regard franco-japonais sur les mutations en cours)*. Paris, Autrement, 1986, p. 11-29.

